



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

NATHALY MARIA FERREIRA NARO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL
RIVANILDO SANDRO ARCOVERDE EM CAMPINA GRANDE – PB.**

**CAMPINA GRANDE/PB
FEVEREIRO/2018**

NATHALY MARIA FERREIRA NARO

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL
RIVANILDO SANDRO ARCOVERDE EM CAMPINA GRANDE – PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso
submetido ao Departamento de Serviço
Social da Universidade Estadual da
Paraíba em cumprimento à exigência para
obtenção do grau de Bacharel em Serviço
Social.

Orientadora: Prof.^a. Me. Célia de Castro

**CAMPINA GRANDE/PB
FEVEREIRO/2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

N232e Naro, Nathaly Maria Ferreira.
Educação inclusiva [manuscrito] : uma experiência na Escola Municipal Rivanildo Sandro Arcoverde em Campina Grande - PB / Nathaly Maria Ferreira Naro. - 2018.
25 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2018.

"Orientação : Profa. Ma. Célia de Castro, Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Deficiência. 2. Educação inclusiva. 3. Escola. 4. Serviço social. 5. Educação especializada.

21. ed. CDD 371.9

NATHALY MARIA FERREIRA NARO

EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UMA EXPERIÊNCIA NA ESCOLA MUNICIPAL RIVANILDO SANDRO ARCOVERDE EM CAMPINA GRANDE – PB.

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Departamento de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para a obtenção do grau de Bacharel em Serviço Social.

Aprovada em: 19/02/2018

BANCA EXAMINADORA

Célia de Castro

Prof.^a Me. Célia de Castro
Departamento de Serviço Social - UEPB
Orientadora

Maria Noalda Ramalho

Prof.^a Dra. Maria Noalda Ramalho
Departamento de Serviço Social - UEPB
Examinadora

Maria de Fátima Melo Amorim

Especialista Maria de Fátima Melo Amorim
Assistente Social da Escola Rivanildo Sandro Arcoverde
Examinadora

CAMPINA GRANDE/PB
FEVEREIRO/2018

*Aos meus pais, Ferreira e Léa, que me inspiraram
Todos os dias, fazendo eu enfrentar todas as barreiras
do cotidiano e me fizeram chegar até aqui.*

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, quero agradecer a Deus que me fortalece com um amor inexplicável, que me guia e me ilumina por onde quer que eu vá.

Agradeço a toda a minha família, aos meus pais Ferreira e Léa, que são minha referência, meu porto seguro; a minha irmã Monica que sempre me apoia e me protege como um anjo da guarda; ao meu Sobrinho Kaic, que me enche de amor em cada gesto.

Ao meu companheiro, Mychel Naro, por estar sempre ao meu lado, independentemente de qualquer situação. À minha filha Poodle, Brigitte (em memória), por ser tão companheira, tão amiga, por ser tão presente mesmo não estando mais aqui.

Aos meus cunhados Júnior, Kalina, Alberto, Riccely e Rafael, eu tenho um pedacinho de vocês em mim, são meus irmãos de alma. À minha sogra Salete, minha amiga, minha segunda mãe, meu suporte.

Obrigada a todos que fazem parte da Universidade Estadual da Paraíba, em especial a todos os professores e funcionários do Departamento de Serviço Social. Ao meu amigo Girlan Guedes, pela parceria e amizade que levarei comigo para sempre. Você é um amigo dez! E obrigada a toda minha turma de Serviço Social.

A todos da Escola Municipal Rivanildo Sandro Arcoverde, por ter me acolhido com tanto afeto, em especial a minha supervisora de campo, a assistente social Maria de Fátima Melo.

Enfim, obrigada vida! Esse é só o começo!

SUMÁRIO

RESUMO.....	6
1 INTRODUÇÃO.....	6
2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITO E HISTÓRIA.....	8
2.1 Desafios da Educação Inclusiva no Brasil.....	14
3 RELATO DE EXPERIÊNCIA.....	16
3.1 Caracterização do Campo de Estágio.....	16
3.2 O Serviço Social e a Educação Inclusiva	17
3.3. Experiência de Estágio: algumas considerações.....	19
3.3.1 Projeto de intervenção: objetivos, metodologia e ações desenvolvidas.....	21
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	22
ABSTRACT.....	23
5 REFERÊNCIAS.....	24

Educação Inclusiva: uma experiência na Escola Municipal Rivanildo Sandro Arcoverde em Campina Grande/ PB

Nathaly Maria Ferreira Naro.¹

RESUMO

Este trabalho é fruto da experiência adquirida no estágio supervisionado em Serviço Social desenvolvido no período de fevereiro de 2016 a junho de 2017, na Escola Municipal Rivanildo Sandro Arcoverde, em Campina Grande – PB. Durante o processo de observação e contato com os discentes e docentes da referida escola, vimos que a Educação Inclusiva faz parte do cotidiano escolar, porém, nos inquietou saber como acontecia essa inclusão, se a prática condizia com o decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, que foi revogado e agora é o decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, que regulamenta o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Neste sentido, o projeto de intervenção teve como objetivo socializar o decreto que regulamenta o AEE e apresentar o decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098. Adotamos uma metodologia participativa, através de atividades em grupos, oficinas e leituras dirigidas, visitas domiciliares, diário de campo, relatórios, palestras e participação ativa na sala de Atendimento Educacional Especializado, para melhor entender a relação teoria e prática da educação inclusiva. Para fundamentarmos o nosso estudo, buscamos embasamento em alguns teóricos como: Mantoan (2007; 2003), Glat (2007), Aranha (2004), Fletsch (2011), entre outros. Através desta experiência, percebemos a importância da reflexão sobre a inclusão pela comunidade escolar para atender com mais eficiência as pessoas com deficiência.

Palavras-chave: Deficiência. Educação Inclusiva. Escola.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade conhecer a Educação Inclusiva no Brasil e quais os desafios enfrentados pelo aluno com deficiência no dia-a-dia da escola, como os professores lidam com esses estudantes e como são desenvolvidas as atividades pedagógicas para que se concretize a inclusão. Veremos ainda o relato e ações desenvolvidas durante o período de estágio vivenciado numa escola municipal.

¹ Aluna de Graduação em Serviço Social na Universidade Estadual da Paraíba – Campus I.
E-mail: nathy_ferreira@hotmail.com

Através da realização do Estágio Supervisionado em Serviço Social na Escola Municipal Rivanildo Sandro Arcoverde – Campina Grande - PB, no período de fevereiro de 2016 a junho de 2017, foi possível observar a Educação Inclusiva fazendo parte da sua estrutura escolar. Porém, surgiu a inquietação em saber como as pessoas lidavam com a inclusão, e se esta se limitava apenas a existência de rampas de acessibilidade e banheiros ampliados, ou se a prática condizia com o decreto nº 6.571 de 17 de setembro de 2008, que foi revogado e agora é o decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, que regulamenta o Atendimento Educacional Especializado – AEE. Esse documento discute uma abordagem humana e democrática, que objetiva a interação de todos, com o fim de auxiliar no desenvolvimento dos alunos e de estimular a capacidade de aprendizagem, contribuindo, acima de tudo, para uma inclusão social e sem preconceitos. A partir daí, tivemos como referência a legislação que regulamenta a educação especial no Brasil.

Nessa perspectiva, no decorrer do nosso estágio desenvolvemos um projeto de intervenção que teve como objetivo geral analisar e refletir o decreto que regulamenta o AEE e apresentar o Decreto nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004, que regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098, a fim de socializar este conhecimento, visto que a comunidade escolar nem sempre tem informações necessárias sobre a implantação e consolidação dessa lei. Os objetivos específicos foram promover mobilizações para que todos os alunos e professores ampliassem seu entendimento sobre a Educação Inclusiva, proporcionando à docência e aos discentes a discussão acerca da importância da educação para as pessoas com deficiência, como também dos direitos conquistados por lei a esse público, sensibilizando a comunidade escolar com o intuito de mostrar que os alunos com deficiência têm o direito à educação e a interação social. A metodologia foi participativa com palestras, oficinas, leituras dirigidas e participação ativa na sala de Atendimento Educacional Especializado, proporcionando a interação de todos os envolvidos no projeto. Também refletimos sobre as conquistas e dificuldades enfrentadas cotidianamente pelos alunos e professores da rede municipal de ensino, em especial na escola, objeto deste estudo.

É de extrema importância tanto para o Serviço Social quanto para a população de uma forma geral que exista um conhecimento efetivo sobre a

Educação Inclusiva, pois a deficiência não se restringe apenas às famílias e às pessoas com deficiência. A população precisa ter, ao menos um dia, o contato com essas pessoas e toda relação social inicia-se primeiro na escola.

Assim, acreditamos que essa experiência de estágio contribuiu com a comunidade da referida escola para que fosse perceptível a ideia de que todos os cidadãos têm direitos e deveres e que todos devem ser respeitados. Além disso, nosso trabalho reforçou a necessidade de que os alunos com deficiência tenham um melhor aprendizado, favorecendo, dessa maneira, a inclusão social.

A seguir, veremos um pouco do conceito e da história da educação inclusiva, bem como, os desafios que são enfrentados pelos professores e alunos no cotidiano escolar, e relatos de experiência vividos num estágio obrigatório em Serviço Social.

2 EDUCAÇÃO INCLUSIVA: CONCEITO E HISTÓRIA

Para entender os avanços da educação inclusiva é preciso que seja feito um resgate dos marcos históricos e normativos dessa educação. Contudo, para que tudo se esclareça de forma desejada, destacamos a definição de “educação inclusiva”. Segundo Mantoan (2003), a inclusão requer modernização e reestruturação das escolas, tanto na estrutura física, quanto na formação curricular dos professores, pois a grande dificuldade de aprendizagem de alguns alunos não são apenas deles, mas da grande parte de como o ensino é ministrado e como a avaliação é concebida.

A Educação Inclusiva é a aceitação de todos na escola, independentemente de raça, sexo ou deficiência. Ela se configura na diversidade humana, que busca atender a necessidade de todas as crianças (alunos), indo além da deficiência, proporcionando a todos o direito à aprendizagem e o desenvolvimento pessoal e social.

A então Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação² traz a seguinte concepção:

² Em 2011 ela foi extinta e suas ações estão vinculadas a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão.

Na perspectiva da educação inclusiva, a educação especial passa a integrar a proposta pedagógica da escola regular, promovendo o atendimento às necessidades educacionais especiais de alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Nestes casos e outros, que implicam em transtornos funcionais específicos, a educação especial atua de forma articulada com o ensino comum, orientando para o atendimento às necessidades educacionais especiais desses alunos (BRASIL, 2010, p. 20).

Glat (2007, p.16) define a Educação Inclusiva como um novo modelo de escola e nesse novo modelo é possível:

[...] o acesso e a permanência de todos os alunos, e onde os mecanismos de seleção e discriminação, até então utilizados, são substituídos por procedimentos de identificação e remoção das barreiras para a aprendizagem. O conceito de resposta educativa indica a preocupação da escola em responder às necessidades apresentadas por seus alunos, em conjunto e a cada um deles em particular, assumindo efetivamente o compromisso com o sucesso na aprendizagem da totalidade do corpo discente. A proposta de Educação Inclusiva implica, portanto, um *processo de reestruturação* de todos os aspectos constitutivos da escola, envolvendo a gestão de cada unidade e dos próprios sistemas educacionais (**grifo do autor**).

Para isso, é preciso uma mudança na concepção educacional entendida pelo senso comum, que percebe a Educação Inclusiva como uma educação de caráter “especial”, que tratará os seus respectivos alunos como pessoas “anormais” e que precisam ter cuidados diferenciados. Como coloca Glat (2007. p.16).

Para tornar-se inclusiva a escola precisa formar seus professores e equipe de gestão, e rever as formas de interação vigentes entre todos os segmentos que a compõem e que nela interferem. Precisa realimentar, sua estrutura, organização, seu projeto político-pedagógico, seus recursos didáticos, metodologias e estratégias de ensino, bem como suas práticas avaliativas.

É necessário ter cuidados especiais com essas crianças, mas não como forma diferenciada, e sim incluindo-as aos demais na instituição escolar, pois, como foi mencionado, a Educação Inclusiva vai além de rampas largas e banheiros ampliados. A autora supracitada diz que a escola precisa “transformar suas intenções e escolhas curriculares, oferecendo um ensino diferenciado que favoreça o desenvolvimento e a inclusão social” (p. 16).

Com isso, a educação inclusiva vem mostrar que:

A indiferença às diferenças está acabando, passando da moda. Nada mais desfocado da realidade atual do que ignorá-las e isolá-las em categorias genéricas, típicas da necessidade moderna de agrupar os iguais, de organizar pela abstração de uma característica qualquer, inventada, e atribuída de fora (MANTOAN, 2007 p. 53).

No Brasil, a atenção às pessoas com deficiência ocorreu na época do Império, período em que foram criadas as primeiras instituições totais, que eram “Um lugar de residência e de trabalho, onde um grande número de pessoas, excluído da sociedade mais ampla, por um longo período de tempo, leva uma vida enclausurada e formalmente administrada” (GOFFAN, 1962, *apud* ARANHA, 2004, p. 11).

As duas instituições se denominavam: Imperial Instituto dos Meninos cegos, em 1854 (atual Instituto Benjamin Constant – IBC), e o Instituto dos Surdos Mudos, em 1857, hoje denominado Instituto Nacional da Educação dos Surdos – INES.

Segundo o Ministério da Educação – MEC (Brasil, 2010) em 1926, foi fundado o Instituto Pestalozzi. Johann Heinrich Pestalozzi foi um pedagogo suíço e educador pioneiro da reforma educacional e criou a teoria dos três estados de desenvolvimento moral: Estado Natural, Estado social e Estado Moral. O Instituto atende pessoas com deficiência mental e foi fundado no Rio Grande do Sul pelos professores Thiago e Johanna Wurth. Em 1954, foi criado o primeiro atendimento educacional especializado às pessoas com superdotação na sociedade, também foi fundada a primeira Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE. Esta é uma associação que reúne os pais, as pessoas com deficiência e toda a comunidade, a fim de tratar a deficiência e promover bem-estar para quem necessita de seu atendimento. Para isto, a associação presta serviços de assistência social, conscientizando o público atendido e a sociedade e representa-os para toda a entidade pública.

Em 1961, o atendimento às pessoas com deficiência passa a ser fundamentado pelas disposições da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN, Lei nº 4.024/61. Esta Lei é alterada pela Lei de nº 5.692/71, no dia 12 de agosto de 1971, reforçando o encaminhamento dos alunos para as classes especiais. Em 1973, o Ministério da educação – MEC cria o Centro Nacional de Educação Especial – CENESP, que impulsionou ações

educacionais voltadas às pessoas com deficiência e às pessoas com superdotação.

Nesse período, não foi efetivada uma política pública de acesso universal à educação, continua ainda uma ideia de “ensino especial” para atender alunos com deficiência, com acesso restrito ao ensino regular e sem atenção à deficiência particular de cada um.

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, ocorreu a grande conquista da educação inclusiva, quando no artigo 215 o Estado propõe garantir o direito à cultura e inclusão:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará, incentivará a valorização.

&1: ° O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afrobrasileiras, e dos outros grupos participantes do processo civilizado nacional.

&2°: A Lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais (BRASIL, 2005)

Em relação à educação, a Constituição de 1988 traz quatro artigos, e, com referência à educação inclusiva, o artigo 208 propôs que o atendimento educacional especializado às pessoas com deficiência sejam preferencialmente na rede regular de ensino, como mostra a seguir:

Art. 205: A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade.

Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação. (BRASIL, 1988).

Além de garantir que a educação inclusiva seja um direito de todas as pessoas que tenham algum tipo de deficiência, a Constituição de 1988, em seu artigo 3º, inciso IV, também diz que é necessário que haja “[...] o bem de todos,

sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade, e quaisquer outras formas de discriminação”. Após a Constituição Cidadã, vimos que:

O Brasil tem definido políticas públicas e criado instrumentos legais que garantem tais direitos. A transformação dos sistemas educacionais tem se efetivado para garantir o acesso universal à escolaridade básica e a satisfação das necessidades de aprendizagem para todos os cidadãos (ARANHA, 2004, p. 13).

De acordo com o UNICEF, em 1990 acontece a Declaração Mundial de Educação para todos, na cidade de Jomtien, na Tailândia. Essa declaração apresenta novas abordagens sobre a educação em aspectos básicos promovendo um compromisso mundial para que todos tenham direito ao aprendizado básico. O artigo 1º dessa declaração mundial diz satisfazer as necessidades básicas da aprendizagem, enriquecendo os valores culturais e morais comuns.

Outro documento que foi muito significativo para a educação inclusiva foi a Declaração de Salamanca, em 1994. Esta aconteceu na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais, na cidade de Salamanca na Espanha, reunindo 88 países que discutiram a educação especial do ponto de vista da inclusão, tratando de princípios políticos e de como essa prática se efetiva. Assim, a Declaração proclama:

[...] que as escolas regulares com orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que alunos com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, tendo como princípio orientador que ‘as escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras’ (BRASIL, 2006, p.330 *apud* BRASIL, 2010, p.20).

Ainda em 1994, no Brasil, é divulgada a Política Nacional de Educação Especial, como mostra a publicação da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação:

Orientando o processo de ‘integração instrucional’ que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular àqueles que ‘(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais’ (p.19). Ao reafirmar os pressupostos construídos a partir de padrões homogêneos de participação e aprendizagem, a Política não provoca uma reformulação das práticas

educacionais de maneira que sejam valorizados os diferentes potenciais de aprendizagem no ensino comum, mas mantendo a responsabilidade da educação desses alunos exclusivamente no âmbito da educação especial (BRASIL, 2010, p. 12).

Em 20 de dezembro de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394 foi promulgada e no artigo 59:

[...] preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências; e assegura a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar. Também define, dentre as normas para a organização da educação básica, a 'possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado' (art. 24, inciso V) e '[...] oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames' (art. 37) (BRASIL, 2010, p. 12).

Este capítulo específico para a educação especial representa um avanço porque traz o atendimento à pessoa com deficiência como um dever do Estado. Também atribui à escola a responsabilidade de solucionar o problema daqueles alunos que não conseguem acompanhar o ensino regular, fazendo com que eles sejam aprovados, usando técnicas que desenvolvam as habilidades particulares de cada aluno, facilitando a profissionalização para o mercado de trabalho.

Em 28 de maio de 1999, acontece a Convenção da Guatemala que tinha como princípio a eliminação de todas as formas de discriminação contra pessoas com deficiência e o favorecimento à sua inclusão na sociedade. No Brasil, esta Convenção foi promulgada pelo Decreto nº 3.956 em 08 de outubro de 2001. Este decreto afirma que:

[...] as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação com base na deficiência toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Este Decreto tem importante repercussão na educação, exigindo uma reinterpretação da educação especial, compreendida no contexto da diferenciação, adotado para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização (BRASIL, 2010, p. 13).

No ano de 2002, acontecem mais duas conquistas, a Lei nº 10.436 reconhece a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como meio legal de comunicação e expressão, e a portaria do MEC nº 2.678, que aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

Em 2003, o Programa Educação Inclusiva: Direito à Diversidade é desenvolvido pelo Ministério da Educação que envolve

106 municípios-pólo que atuam como multiplicadores para municípios da sua área de abrangência, compreendendo atualmente 1.869 municípios. O objetivo é a formação de gestores e educadores para efetivar a transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos, tendo como princípio, a garantia do direito dos alunos com necessidades educacionais especiais de acesso e permanência, com qualidade, nas escolas regulares. (BRASIL, 2005, p.9).

Prosseguindo, em 2004, é publicado pelo Ministério Público Federal o documento O Acesso de Alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular. Ainda em 2004, o Decreto nº 5.296 regulamenta as Leis nº 10.048 e 10.098 com ênfase na Promoção de Acessibilidade.

Em 2005 são implementados os Núcleos de Atividades de Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S em todos os estados no Brasil e no Distrito Federal. Ainda neste ano, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, os Ministérios da Educação e da Justiça, juntamente com a UNESCO, lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Expostos todos esses programas, decretos, leis e conquistas, vamos finalizar com o ano de 2007, ano em que é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. Esta portaria do MEC tem um princípio que busca incluir as crianças com deficiência na rede escolar, formando professores para a educação especial, implantando recursos materiais pedagógicos, adaptando a estrutura física da escola e fazendo o monitoramento do acesso à escola dos favorecidos pelo Benefício de Prestação Continuada – BPC.

Os avanços legais, de fato, acontecem. Mas é preciso que eles se concretizem na realidade, no dia-a-dia da escola junto com a sociedade civil.

Esse é um dos principais desafios da educação inclusiva, que vamos debater no ponto a seguir, mostrando como esses desafios são enfrentados na realidade escolar e na vida da pessoa com deficiência.

2.1 Desafios da Educação Inclusiva no Brasil

Os desafios mais decorrentes da educação inclusiva no dia-a-dia da escola são vivenciados através da relação professor-aluno. Ficamos limitados à ideia de que é preciso uma estrutura física para esses alunos que necessitam de acessibilidade, mas a inclusão vai além de rampas de acesso e banheiros adaptados. É preciso que exista uma compreensão dos educadores sobre as diversidades dos alunos com deficiência, pois muitos vêm para a escola sem um laudo médico, sendo, então, necessário que o professor tenha a sensibilidade para identificar a deficiência, mesmo que ele não seja um profissional da saúde e nem conte com o apoio do Estado para este tipo de ação. O que é mais frequente é o governo, ao invés de oferecer treinamento ou qualquer outro tipo de suporte, apenas exigir notas e avaliações, o que dificulta a inclusão escolar.

Quanto aos alunos que possuem o laudo médico, isto facilita ao professor saber qual é a deficiência. Porém, é preciso que ele tenha uma formação adequada, para elaborar atividades que propiciem a interação de todos, alunos com deficiência e os alunos regulares. As autoras Glat e Pletsch (2011, p. 30) afirmam que:

O sistema educacional necessita que os professores apresentem dois tipos de formação profissional: “[...] ‘generalistas’, para atuar no ensino regular, que tenham um mínimo de conhecimento e prática sobre alunado diversificado; e ‘especialistas’ nas diferentes necessidades educacionais especiais.

Então, esses professores precisam fazer o uso dos materiais pedagógicos que a escola oferece, planejando e elaborando atividades e avaliações que facilitem o entendimento do aluno com deficiência, para que o mesmo se torne incluso no grupo e que seja avaliado sem comprometimento de nota em relação aos regulares.

Outro desafio, que envolve a relação professor e aluno, é o acompanhamento do assunto dado em sala de aula. Para o educando, é desafiador fixar o conteúdo, diante de sua deficiência, em meio a conversas paralelas, no tempo programado da agenda escolar. Para o professor, o desafio é atender a todos, sem distinção, acompanhando uma sala de, em média, 40 alunos. A verdade é que colocar em prática a educação inclusiva é:

[...] oferecer uma educação de qualidade a todos os alunos, inclusive aos que têm necessidades educacionais especiais, demanda dos sistemas de ensino reorganização estrutural, oferecimento de recursos pedagógicos e, principalmente, conscientização e formação de seus profissionais para atuar com a diversidade dos educandos presentes nas escolas (GLAT, PLETSCHE, 2011, p.31).

Uma situação também corriqueira é que não há aceitação da deficiência do aluno por parte dos pais. Quanto aos alunos que não possuem laudo médico, mas que é identificada a deficiência, o professor, à procura de ajuda, comunica ao psicólogo ou assistente social da escola e, juntos, fazem um encaminhamento à algum profissional da saúde. Quando este procedimento é comunicado aos pais do referido aluno, é comum haver um preconceito, ou uma não aceitação do diagnóstico, como retrata Mantoan (2007, p. 13):

Os pais de crianças com deficiência e os educadores brasileiros deveriam ser os primeiros a levantar a bandeira contra a discriminação e, no entanto, o que muitos ainda fazem, atualmente, é batalhar para que a exclusão se mantenha e as escolas especiais sejam consideradas escolas de ensino fundamental.

Assim, a educação torna-se mais desafiadora, visto que esta é formada por esses dois pilares: família e escola. A família é o apoio que o aluno com deficiência precisa ter para enfrentar as dificuldades vivenciadas com segurança e a escola é um meio de interação que liga esse estudante à sociedade, transformando-o numa pessoa inclusa.

Para enfrentar esses desafios vivenciados pela educação inclusiva, é preciso que cidadão e Estado se conscientizem, e que, segundo Glat e Pletsch (2011), a escola desenvolva currículos flexíveis, reestruture os acessos físicos, use recursos e metodologias de ensino que atenda às necessidades educacionais dos estudantes, especialmente os que possuem alguma deficiência, para que estes sejam respeitados em seu tempo individual.

3. RELATO DE EXPERIÊNCIA

3.1 Caracterização do Campo de Estágio

A aproximação com a temática da Educação Inclusiva ocorreu durante a participação no Estágio obrigatório em Serviço Social na Escola Municipal Rivanildo Sandro Arcoverde, durante um ano e seis meses, no período de 2016.1 a 2017.2. A escola está situada no bairro do Presidente Médici, localizado na zona sul da cidade de Campina Grande (PB).

A escola possui um prédio próprio. Conta com cinco salas de aulas convencionais, incluindo duas salas de apoio (AEE e o Mais Educação), além da sala improvisada da educação infantil (pré I), uma cozinha, três banheiros, uma sala de professores (que também é utilizada pela diretoria, assistente social, psicóloga e coordenadora) e dividida com a secretaria.

Possui uma área coberta, onde são expostos trabalhos escolares e efetuado o lazer na recreação, e uma área verde externa. Quanto aos profissionais, a escola possui 13 professores: 05 do turno da manhã; 04 do turno da tarde; 03 para o público infantil; 01 do AEE; Assistente social: 01; Psicóloga: 01; Diretor: 01; Vice-diretoras (adjunta): 01; Secretárias: 03; Pedagogas: 02 supervisoras, 01 orientadora e 02 Cuidadoras:

3.2 O Serviço Social e a Educação Inclusiva

O Serviço Social é uma profissão que, na atual conjuntura, busca conhecer e enfrentar as múltiplas expressões da questão social, ocasionada na maioria das vezes pela desigualdade social.

Sendo a questão social a base ou fundação do serviço social, a construção de propostas profissionais pertinentes requer um atento acompanhamento da dinâmica societária, balizado por recursos teórico-metodológicos, que possibilitem decifrar os processos sociais em seus múltiplos determinantes e expressões, ou seja em sua totalidade. Exige uma indissociável articulação entre profissão, conhecimento e realidade, o que atribui um especial destaque às atividades investigativas como dimensão construtiva da ação profissional (IAMAMOTO, 2000, p. 262).

Para que o Assistente Social possa atuar com precisão é necessário que ele tenha como referência as competências atribuído pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), disponível na Lei nº 8.662, de 7 de junho de 1993, com alterações trazidas pela Lei nº 12.317, de 26 de agosto de 2010, o art. 4º apresenta as competências:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares; II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil; III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população; IV - (Vetado); V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos; VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais; VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais; VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo; IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade; X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social; XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

A inserção do serviço social na política de educação surgiu com a necessidade de solucionar problemas sociais como a miséria, violência doméstica, drogas, trabalho infantil, evasão escolar e outras expressões da Questão Social. Essa problemática impulsiona o Assistente Social a estimular o senso crítico do aluno em relação a realidade social em que ele vive, fazendo com que este se sinta encorajado para enfrentar e transformar a sociedade como um todo, fortalecendo o elo da família junto à comunidade escolar. Bem como fazer encaminhamentos, prestar orientações, elaborar projetos educativos, realizar visitas domiciliares, participar do conselho escolar, promovendo a cidadania.

É a partir do Projeto Ético Político do Profissional do Serviço Social que se busca a equidade e justiça social, para assegurar universalidade de acesso aos

bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática. Logo, o Projeto Ético - político estimula e dar suporte teórico para que o profissional de Serviço Social seja inserido na educação.

Referindo-se a temática Educação Inclusiva, o dever do assistente social é assegurar o direito da inserção e permanência do aluno com deficiência na comunidade escolar. Segundo Margarezi (2010, p.41) “[...] só será possível a construção da verdadeira inclusão das pessoas com deficiência na rede regular de ensino, com o trabalho efetivo do assistente social com foco na busca pela participação conjunta da sociedade nessas ações”.

No município de Campina Grande – PB a Educação Inclusiva se consolidou em 2008, em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e adesão ao compromisso “Todos Pela Educação” foi realizado o V Seminário de Formação Para Professores e Profissionais de Apoio Escolar no Atendimento Educacional Especializado, com o propósito de vivenciar, junto aos profissionais, práticas que despertem habilidades de observação, de escuta e criatividade no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais incluídos na escola regular e que necessitam do referido atendimento conforme o decreto nº 6.571 de 17 de setembro/2008, que foi revogado e agora é o decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, que regulamenta o AEE.

Assim, é ilusão afirmar que a educação inclusiva é responsabilidade apenas da escola, dos profissionais que ali atuam. A inclusão é um dever de todos, é um trabalho em conjunto que prioriza não só a pessoa com deficiência, mas todos que se sentem excluídos da sociedade, seja por cor, raça, sexo ou religião. Todos têm direito de se sentirem pertencentes à comunidade escolar.

3.3 Experiência de Estágio: algumas considerações

Durante o período do estágio foram desenvolvidas várias atividades que competem ao profissional de Serviço Social, além de participar integralmente das atividades da rotina escolar. Contudo, neste artigo, daremos ênfase às atividades relacionadas à educação inclusiva, visto que foi o tema e objetivo do projeto de intervenção. Para melhor compreender o conceito de educação

inclusiva e poder analisar essa prática na escola do referido estágio, realizamos as atividades citadas abaixo.

Observação e interação com os alunos da sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), participando integralmente dos atendimentos ministradas pela professora da citada sala. Segundo Glat e Pletsch (2011, p.25), o AEE

[...] também é oferecido, individualmente ou em pequenos grupos, fora do ambiente da sala de aula, em salas de recursos equipadas com materiais pedagógicos específicos e de acessibilidade. Tradicionalmente, essas salas eram destinadas a alunos com um único tipo de necessidade especial (por exemplo, salas para alunos com deficiência intelectual, surdez etc.) e dotadas de um professor especializado para atendimento dessa condição específica. Entretanto, recentemente, sob os auspícios do Ministério da Educação (MEC), vêm sendo implantadas, em municípios de todo o país, as chamadas salas de recursos multifuncionais.

Através dessas participações, pudemos conhecer de perto a realidade dos alunos com deficiência. Percebemos suas dificuldades em acompanhar o assunto em sala de aula e de fazer testes avaliativos. Também, vimos que apesar das dificuldades, esses estudantes se desenvolvem em várias atividades, como dinâmica de grupo e recreação.

Um grande desafio que percebemos é dos profissionais da educação em atender esse público um pouco esquecido pelas autoridades, pois sabemos que é de suma importância que os professores tenham uma formação direcionada à inclusão para que seja consolidado o processo ensino-aprendizagem. Segundo Glat (2007, p.38):

Assim como a construção do currículo é um desafio constante, também é o percurso da implementação das adaptações curriculares. O professor vai perceber que este caminho é feito à medida que as adaptações são implementadas e que deve ser progressiva e cuidadosamente aberto. Às vezes o terreno – o ambiente escolar – não é muito permissivo; frequentemente é trilhado solitariamente em seu início, mas rapidamente consegue-se companheiros para a jornada. Desejando-se a verdadeira inclusão, no entanto, adaptações curriculares são indispensáveis.

O que nos deixou mais inquieta foi ver a dificuldade dos discentes e dos docentes em relação à avaliação. O que a Secretaria de Educação do município cobra dos professores são notas, quantidade, e não se preocupam

com a qualidade, no desenvolvimento diário desses alunos, como por exemplo elaborar uma atividade diferenciada. A prova avaliativa segue a mesma metodologia para todos os alunos, então vimos o quanto é difícil manter a média quando estes têm necessidades diferentes uns dos outros. Pudemos acompanhar a prova de uma das estudantes da Escola, esta não fala nem escreve, ela apenas aponta para objetos ou faz movimentos com a cabeça de sim ou não, e diferentemente das questões exatas, ao qual a discente respondia através de materiais didáticos desenvolvidos pela professora do AEE, as questões de compreensão eram impossíveis de ser respondida, devido às deficiências de fala e escrita da aluna. Então, foram esses tipos de experiências que pudemos vivenciar na sala do atendimento educacional especializado.

No dia 23 de novembro de 2016, foi realizada uma palestra, nas turmas do 1º ao 4º ano sobre a Educação Inclusiva. Nesta palestra, esclarecemos o que é a Educação Inclusiva, a importância de a escola manter os alunos com deficiência matriculados, como os alunos podem ajudar-se entre si para melhorar o desenvolvimento e relacionamento social, e mostramos que todos, independentemente de suas diferenças, raça, cor, sexo, deficiência física e/ou mental, são iguais perante a Constituição de 1988.

Em 03 de maio de 2017, foi organizado um evento no pátio da escola envolvendo todas as turmas, do 1ª ano ao 5ª, e frisamos novamente sobre a Educação Inclusiva. Por fim, apresentamos um teatro de fantoche mostrando a inclusão de um “aluno-boneco” na rede de ensino regular, representando de forma lúdica, a realidade vivenciada no ambiente escolar.

Acompanhamos a assistente social da escola em todas as suas ações e pudemos aprender a ter um olhar crítico para as situações, realizar encaminhamentos e a elaborar projetos junto à comunidade escolar, o qual expomos a seguir.

3.3.1 Projeto de Intervenção: objetivos, metodologia e ações desenvolvidas

O Projeto de Intervenção intitulado “Análise e Reflexão Acerca da Educação Inclusiva na Escola Municipal Rivanildo Sandro Arcoverde” foi

desenvolvido durante o Estágio obrigatório em Serviço Social, e contou com a coordenação da professora orientadora do campo de estágio e com a professora orientadora acadêmica, que acompanharam o desenvolvimento do projeto através de relatórios das atividades realizadas, observando assim, a aceitação do público alvo, tais como, o cumprimento das metas e objetivos propostos pelo projeto.

Para realizar uma ação que efetivamente contribua à análise e reflexão da Educação Inclusiva na Escola, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos que permitiram uma intervenção eficaz tais como: acompanhamento dos intervalos recreativos a fim de analisar a interação dos alunos com deficiência, apresentação das palestras informativas com alunos e professores, uso de materiais didáticos como cartilha e vídeo ilustrativo, atividades recreativas com material ilustrativo e linguagem simples para melhor compreensão dos alunos sobre a temática. Além disso, explicamos e apresentamos a Lei de Regulamentação da Educação Inclusiva, conforme o decreto nº 6.571 de 17 de setembro/2008, que foi revogado e agora é o decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011, que regulamenta o AEE, e por fim, houve um teatro de fantoche abordando o tema inclusão.

Os objetivos efetivados no projeto foram: mobilização dos alunos e professores para entendimento do real sentido da Educação Inclusiva, proporcionando aos alunos e professores a discussão acerca da importância da educação para as pessoas com deficiência, como também refletimos sobre os direitos conquistados por lei para esse público.

A implementação desse projeto aconteceu como planejado; participamos dos atendimentos na sala do Atendimento Educacional Especializado (AEE), pudemos observar e analisar a relação dos alunos com deficiência e os alunos regular, como também foi possível realizarmos as palestras planejadas. Houve uma grande aceitação da instituição quanto a este projeto, pela contribuição que proporcionamos ao desenvolvimento de uma reflexão crítica no que se refere à educação inclusiva junto à toda comunidade escolar. Esse acolhimento também evidenciamos no corpo discente, já que a palestra que realizamos foi dinâmica e chamou a atenção deles para esse tema que está presente em seu cotidiano.

Então, é possível afirmar que o projeto de intervenção alcançou os objetivos propostos, pois foi notável a mudança ou a ampliação do olhar de todos da comunidade escolar para a inclusão. Podemos dizer que todos ficaram sensibilizados com as possibilidades de melhorar o aprendizado e a interação social das pessoas com deficiência.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho se baseou no estudo da educação inclusiva, como sua prática é vivenciada pela comunidade escolar, e como o profissional de Serviço social pode contribuir para que esse direito se efetive.

Os desafios enfrentados pelos alunos com deficiência no cotidiano escolar precisam ser refletidos pelos profissionais da educação, com um olhar transformador, conscientizando-se que este é um problema que deve ser enfrentado dia após dia, buscando formar novos currículos, aperfeiçoando-se, capacitando-se, estando, assim, preparados para receberem esse público, que já enfrentam tantas discriminações pela sociedade. Isso é importante para que estes estudantes, quando cheguem à escola, sejam acolhidos e compreendidos à altura de suas particularidades.

Porém, é preciso que a sociedade escolar e civil cobre o incentivo financeiro e educacional ao Estado, para que a educação inclusiva seja assegurada e, para ela, sejam disponibilizados os melhores recursos a fim de atender esse público. Contudo, constatamos que o interesse do Estado é apenas quantitativo, pois a exigência recai em saber quantos alunos estão matriculados, quais são suas notas, e quantas atividades são realizadas no semestre, visto que dados quantitativos são mais representativos para um governo do que uma educação de qualidade, porém com poucos números.

Refletindo sobre a educação inclusiva no âmbito escolar, podemos dizer que é de suma importância não só para a inclusão, mas também para a cidadania, pois o respeito e aceitação das diferenças entre crianças e adolescentes no contexto escolar, e também fora dele, tornam estes indivíduos adultos conscientes e sensíveis à uma sociedade inclusiva. E é isto que a educação inclusiva proporciona, independente de raça, cor, sexo ou deficiência

física e/ou mental: compreensão de um com outro, para estabelecer sempre relações respeitadas.

ABSTRACT

This work is the result of the experience gained in the supervised work in Social Work developed from February 2016 to June 2017, at the Municipal School Rivanildo Sandro Arcoverde, Campina Grande - PB. During the process of observation and contact with the students and teachers of this school, we saw that Inclusive Education is part of the school daily life, however, we were worried about how this inclusion happened, if the practice was consistent with Decree No. 6,571 of September 17 2008, which regulates the Specialized Educational Assistance (AEE). In this sense, the intervention project aimed to socialize the decree that regulates the ESA and present the decree nº 5.296, which regulates Laws 10,048 and 10,098. We adopted a participatory methodology, through activities in groups, workshops and guided readings, home visits, field diary, reports, lectures and active participation in the Specialized Educational Attendance room, to better understand the relation theory and practice of inclusive education. In order to base our study, we seek to base some theoreticians such as: Mantoan (2007; 2003), Glat (2007), Aranha (2004), Flesch (2011), among others. Through this experience, we realize the importance of reflection on inclusion by the school community to more effectively serve people with disabilities.

Keywords: Disability. Inclusive education. School.

5 REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Educação inclusiva: a fundamentação filosófica**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004. V. 1.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2010. 72p.

_____. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em : http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=430-constituicao-de-1988&Itemid=30192. Acesso em 11 ago. 2016.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação Inclusiva: direito à diversidade**. Documento orientador. Disponível

em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/orientador1.pdf>. Acesso em 05 fev. 2018.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

GLAT, Rosana. PLETSCHE, Marcia Denise. **Inclusão escolar de alunos com necessidades especiais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Ensaio pedagógico**. IV Seminário Nacional de Formação de Gestores e Educadores – Educação inclusiva: direito à diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

_____. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2003. (Coleção Cotidiano Escolar).

MARGAREZI, Andréia Letícia. **Educação inclusiva e as possibilidades de intervenção para o assistente social**. 2010. Disponível em (<http://www.agapasm.com.br/Artigos/Educa%C3%A7%C3%A3o-Inclusiva-e-as-Possibilidades-de-Interven%C3%A7%C3%A3o-para-o-Assistente-Social.pdf>). Acesso em 03 fev. 2018.

_____. **UNICEF. Declaração Mundial de Educação para Todos**. Disponível em (https://www.unicef.org/brazil/pt/resources_10230.htm). Acesso em 25 fev. 2018.